

**EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.547 - DF  
(2019/0168972-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : QUALITRAFO INDUSTRIAL EIRELI**  
**ADVOGADO : ALEXSSANDRA FRANCO DE CAMPOS BOSQUE E OUTRO(S) -  
SP208580B**  
**ADVOGADA : KARINA GERMANA DE SOUZA ANDRADE - DF021506**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por QUALITRAFO INDUSTRIAL EIRELI, em 04/10/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que não conheceu dos Embargos, por intempestivos (fls. 2.404/2.405e).

Inconformada, a parte embargante alega a existência de erro material na decisão embargada, sustentando, em síntese, que "não há intempestividade na interposição do recurso" (fl. 2.408e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido este recurso, sanando-se o erro material apontado e promovendo-se a justa e necessária apreciação dos tópicos aduzidos nos embargos de declaração tempestivamente opostos em 20/08/2019" (fl. 2.410e).

Transcorrido **in albis** o prazo para impugnação (fl. 2.417e).

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte embargante, recebo os Embargos de Declaração como Agravo interno e reconsidero a decisão de fls. 2.404/2.405e, passando à análise das razões dos Embargos Declaratórios.

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por QUALITRAFO INDUSTRIAL EIRELI, em 20/08/2019, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, em que não conheci do Agravo em Recurso Especial (fls. 2.386/2.389e).

Inconformada, a parte embargante alega a existência de omissão na decisão embargada, sustentando o seguinte:

"Segundo o artigo 1.022, II, do CPC, cabem embargos de declaração contra decisão judicial para o fim de suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o julgador de ofício ou a requerimento.

De acordo com o doutrinador Luiz Artur de Paiva Corrêa 'a omissão acontece quando o julgado não se pronuncia sobre ponto ou questão suscitada pelas partes, ou que o juiz ou juízes deveriam pronunciar-se de ofício'.

Por esse raciocínio, todos os tópicos aduzidos nos autos, ou seja, os

temas que o embargante ventilou nas petições, devem ser obrigatoriamente enfrentados e decididos pelo julgador, seja porque a parte assim o requereu ou porque se trata de matéria de ordem pública que exigia o pronunciamento *ex officio*.

Isto é, considera-se omissa a decisão que não se manifestar-se sobre (i) um pedido; (ii) sobre argumentos relevantes lançados pela parte; (iii) ou sobre questões de ordem pública, tenham ou não tenham sido suscitadas pela parte.

E como se depreende da simples leitura do decisum embargado é possível concluir que NÃO houve o enfrentamento do mérito de todos os argumentos aduzidos no agravo em recurso especial, visto que nada foi dito acerca do tópico 'III.4' do recurso, em que a embargante expressamente aduziu que a decisão anterior, proferida pelo Tribunal de origem, desobedeceu à orientação recente prolatada pela C. 1ª Turma desta Corte Superior de Justiça.

Referida argumentação foi acompanhada da decisão controversa, tendo sido abordado que recentemente, em decisão do Ilustre Ministro SÉRGIO KUKINA, integrante da C. 1ª TURMA, em análise do Recurso Especial em caso análogo ao presente (REsp n.º 1.515.538/PR), houve reconhecimento de relação de prejudicialidade na análise de recurso especial que controverte sobre as mesmas questões aqui discutidas, considerando-se que a matéria aguarda a manifestação do Eg. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL sob a sistemática da repercussão geral:

(...)

Tendo em vista a orientação contida no precedente supra em caso análogo ao presente, resta patente o equívoco do Tribunal de origem, que ignorou os precedentes deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça, restando cogente a incorreta aplicação da lei no v. aresto recorrido dos termos do decisum, tudo a fim de que a mesma providência seja adotada no caso dos autos, sobrestando-se o trâmite do especial até que o STF analise a matéria de modo definitivo (RERG n.º 565.160), tudo em cumprimento à regra do art. 543, § 2º, do CPC/73.

Como visto na transcrição supra, o recurso especial deverá ser analisado apenas após o juízo de conformação de que dispõe o art. 543-B, do CPC/73, sendo cogente o sobrestamento dos autos, até a resolução da contenda decretada pelo STF.

Dessa forma, resta evidente que a venerável decisão embargada não contemplou todas as complexas questões postas em julgamento, especialmente a grande divergência entre a decisão agravada e a

orientação da 1ª Turma do C. STJ, sendo imperativa a NULIDADE DO DECISUM e a consequente justa apreciação dos tópicos supracitados para sanar a flagrante omissão, sob pena de violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e afronta direta e literal à Constituição Federal" (fls. 2.391/2.395e).

Requer, ao final, "seja este recurso conhecido e provido, decretando-se a nulidade da respeitável decisão monocrática de fls., prolatada em afronta às normas processuais civis e à Constituição Federal, suprimindo-se a omissão evidenciada e promovendo-se nova decisão, desta vez abrangentemente fundamentada. Outrossim, a embargante requer que este Egrégio Superior Tribunal se manifeste sobre a orientação decorrente do julgamento do RESP nº 1.515.538/PR, tudo a fim de levar ao sobrestamento do trâmite do recurso especial no Tribunal de origem, até que o STF analise a questão prejudicial com repercussão geral reconhecida, nos termos da fundamentação supra" (fl. 2.395e).

Transcorrido **in albis** prazo para impugnação (fl. 2.402e).

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar.

Como cediço, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" ou "corrigir erro material" (art. 1.022 do Código de Processo Civil).

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa

e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* - podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (**in** Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, pág. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao re julgamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do

**decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, em regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

No caso, inexistem qualquer dos vícios que ensejariam a oposição de Embargos Declaratórios, de vez que a decisão embargada apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela embargante.

Com efeito, a decisão embargada não analisou o mérito do Recurso, porque o Agravo em Recurso Especial sequer foi conhecido, em razão da incidência da Súmula 182/STJ.

Na forma da jurisprudência dessa Corte, "não se configura omissão pela falta de análise do mérito recursal na hipótese em que o reclamo não ultrapassa o conhecimento, uma vez que a decisão sobre o mérito é incompatível com o não conhecimento do recurso" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 1.201.388/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 27/09/2018).

A rigor, o que deseja a parte embargante, em seu recurso, é provocar a rediscussão da matéria e não a correção dos vícios que permitem a oposição dos Embargos Declaratórios. Nesse contexto, deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso – omissão, contradição ou obscuridade –, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no REsp 1.343.065/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/04/2013).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, recebo os Embargos de Declaração como Agravo interno e, com fundamento nos arts. 259 e 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, para, à míngua de vícios na decisão embargada, **rejeitar** os Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora